COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

PROJETO DE LEI Nº 3.044, DE 2008

(Apenso o PL nº4.536, de 2008)

Dispõe sobre a universalização das bibliotecas escolares e determina outras providências.

Autor: Deputado SANDES JÚNIOR

Relator: Deputado ALEX CANZIANI

I - RELATÓRIO

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do nobre Deputado Sandes Júnior, tem o objetivo de regulamentar a presença obrigatória de bibliotecas e bibliotecários nas escolas brasileiras.

A iniciativa foi distribuída à Comissão de Educação e Cultura, para análise do mérito educacional e cultural, nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Tramita, apensado, o projeto de lei nº 4.536, de 2008, do Deputado Marcelo Almeida

Durante o prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O projeto em análise, ao estabelecer para os sistemas de ensino a obrigatoriedade de garantir bibliotecas escolares e bibliotecários capacitados para todas as instituições de ensino públicas deste País, propõe medida meritória, que vem, oportunamente, em socorro da qualidade da educação brasileira.

O mau desempenho dos nossos alunos no que diz respeito às habilidades de leitura e de interpretação do texto escrito tem sido amplamente denunciado pelos resultados de avaliações oficiais, como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), ou internacionais, como o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA). Pesquisa como o Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional (INAF) – desenvolvida pela Ação Educativa – também demonstra que 72% dos jovens e adultos brasileiros não dominam plenamente as habilidades de leitura e de escrita. Desses, 7% são analfabetos totais e 65% são alfabetizados funcionais, ou seja, apresentam, em diferentes graus, comprometimento da capacidade de utilizar a leitura e a escrita para resolver situações cotidianas, perceber informações e compreender a própria realidade.

O baixo índice de leitura entre os brasileiros fora da idade escolar (1,3 livro ao ano) foi confirmado pela segunda edição da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil, publicada em maio de 2008, com dados referentes a 2007. De fato, se a população não possui as habilidades necessárias para ler com fluência e entendimento, é compreensível que leia pouco e que não utilize sistematicamente a leitura como fonte de prazer e conhecimento. A dificuldade de acesso aos livros é também outro empecilho para que o País tenha muitos leitores. O alto custo das publicações e a falta do hábito de freqüentar bibliotecas são dois dos impedimentos apontados.

A referida pesquisa, executada pelo Instituto Pró-Livro, trouxe, no entanto, um dado importante que deve ser levado em consideração: 54% dos brasileiros que se declararam leitores (apenas 55% da população total) são estudantes que lêem livros indicados e/ou fornecidos pelas escolas (inclusive didáticos). Entre eles, o índice de leitura sobe para 4,7 livros ao ano, não tão longe de resultados como o da França, que tem como média nacional

sete livros ao ano por habitante. Destacamos que a faixa da população que mais lê é a das crianças entre cinco e dez anos de idade.

Esses dados demonstram que a escola, certamente em função do sucesso dos programas de distribuição de livros didáticos e de livros de literatura, facilita o acesso à leitura mais do que qualquer outro equipamento cultural e que as instituições de ensino têm papel fundamental no processo de formação de leitores.

Dessa forma, garantir a presença e a manutenção de bibliotecas com acervo diversificado em todas as instituições de ensino é investir na geração mais promissora de leitores, constituída por crianças e jovens em idade escolar.

O presente projeto de lei cumpre essa tarefa, em conformidade com a demanda da nossa sociedade e com a legislação educacional em vigor. O Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pela Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001, estabelece como meta do ensino fundamental (nº 7) a “atualização e ampliação do acervo das bibliotecas” e como meta do ensino médio (nº 6, d) padrões mínimos nacionais de infraestrutura que incluam “espaço para a biblioteca”.

De acordo com o Censo Escolar 2006, considerando a rede pública de ensino, havia biblioteca em apenas um quarto das 140 mil escolas de ensino fundamental e em pouco mais que sessenta por cento das 17 mil escolas de ensino médio. A oferta desse equipamento na pré-escola é ainda mais precária, algo como 14% do total.

Também a Lei nº 10.753, de 31 de outubro de 2003, que “Institui a Política Nacional do Livro”, determina que cabe ao Poder Executivo implementar programas anuais para manutenção e atualização do acervo de bibliotecas públicas, universitárias e escolares, incluídas obras em Sistema Braille (art. 7º, parágrafo único). O mesmo dispositivo legal estabelece, em seu art. 13, c, a “exigência pelos sistemas de ensino, para efeito de autorização de escolas, de acervo mínimo de livros para as bibliotecas escolares”.

Destacamos que os recursos para o cumprimento da medida em tela estão previstos na referida Lei nº 10.753, de 2003, ao fixar (art. 16) que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios consignarão, em seus respectivos orçamentos, verbas às bibliotecas para sua manutenção e

aquisição de livros; e a definir (art. 17) que a inserção de rubrica orçamentária pelo Poder Executivo para financiamento da modernização e expansão do sistema bibliotecário e de programas de incentivo à leitura será feita por meio do Fundo Nacional de Cultura.

Consideramos, portanto, que o projeto de lei em questão é meritório e oportuno. Cabe-nos, contudo, propor nova forma ao texto original, com o intuito de sanear alguns vícios de inconstitucionalidade (como o estabelecimento de atribuições para os Ministérios da Educação e da Cultura, no art. 5º) e melhorar a técnica legislativa. Em vez de aprovar as medidas propostas na forma de uma nova lei, incluímos as disposições na Lei nº 9.394, de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Sugerimos, ainda, dispositivos que asseguram maior liberdade aos sistemas de ensino para adequar a implantação dos acervos e a utilização dos bibliotecários à realidade de cada rede (um profissional por escola ou um mesmo profissional para um conjunto de escolas).

Há que se deixar claro que a idéia principal do autor da iniciativa – incumbir os sistemas de ensino de garantir a existência e a manutenção de bibliotecas bem como a presença de bibliotecários capacitados em todas as escolas públicas sob sua jurisdição – fica preservada no substitutivo proposto.

Do mesmo modo, o substitutivo coaduna-se perfeitamente com o que propõe o projeto de lei nº 4.536, de 2008, exceto pela exigência de que as bibliotecas tenham seu acervo digitalizado, o que pode trazer obstáculos econômicos à execução da proposta principal. É fato que existe o Programa Nacional de Informática, o ProInfo, bem como outras iniciativas estaduais e municipais, com a finalidade de disponibilizar computadores, periféricos e acesso à Internet nas escolas públicas, contudo, é indispensável que os usuários das bibliotecas, bem como os próprios bibliotecários, tenham acesso aos meios digitais.

A leitura é um dos mais importantes instrumentos para a construção de uma sociedade justa e democrática. Apoiamos os Deputados Sandes Júnior e Marcelo Almeida na tarefa de garantir a presença de livros e de formadores de leitores habilitados em todas as escolas brasileiras.

Votamos, portanto, pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.044, de 2008, e do Projeto de Lei nº 4.536, de 2008, na forma do substitutivo em anexo.

Sala da Comissão, em de de 2009.

Deputado ALEX CANZIANI
Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 3.044, DE 2008

(Apenso o PL nº 4.536, de 2008)

Altera a Lei nº 9.394, de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para instituir a obrigatoriedade de criação e manutenção de bibliotecas escolares em todas as instituições públicas de ensino.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que *“Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional”*, passa a vigorar acrescida dos seguintes artigos:

“Art. 27-A. É responsabilidade dos sistemas de ensino a criação e a manutenção de bibliotecas escolares em todas as instituições públicas de educação básica de sua jurisdição.

Parágrafo único. O acervo das bibliotecas escolares será permanentemente atualizado e mantido em local próprio, atraente e acessível, com disponibilidade de acesso à rede mundial de computadores aos usuários.

Art. 27-B. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, por meio dos respectivos sistemas de ensino, manterão, obrigatoriamente, bibliotecários com formação de nível superior, para atender as bibliotecas escolares das instituições públicas.

§ 1º Cada sistema de ensino, à vista das condições disponíveis e das características locais, tem a prerrogativa de organizar o trabalho dos bibliotecários, sendo admitido

o atendimento a mais de uma biblioteca escolar por um mesmo profissional.

§ 2º Os sistemas de ensino devem garantir aos bibliotecários de sua jurisdição a capacitação específica para atuar como mediadores entre os alunos e a leitura, de modo a contribuir para a formação efetiva de leitores. ” (NR)

Art. 2º Os sistemas de ensino terão o prazo de cinco anos para adaptação ao disposto na presente lei a contar da data da sua publicação. ” (NR)

Sala das Sessões, em de de 2009.

Deputado ALEX CANZIANI
Relator